

revisión

Quando a comunicação se restringe a rotulagem: amplificando os riscos associados ao uso de agrotóxicos no meio rural brasileiro

Mariana Soares da Silva Peixoto Belo
y Frederico Peres
(Rio de Janeiro, Brasil)
Fundação Oswaldo Cruz

Palavras chave

agrotóxicos
comunicação em saúde
comunicação de risco
rotulagem
saúde do trabalhador

Resumo

O presente artigo apresenta e discute alguns aspectos relacionados com a comunicação (em saúde e de riscos) sobre agrotóxicos no meio rural brasileiro, dando ênfase no papel central que as informações contidas em rótulos e bulas de agrotóxicos têm nesse processo de comunicação. A partir de uma discussão sobre a fragilidade da assistência técnica e da educação no meio rural brasileiro, aponta para os principais desafios relacionados com a comunicação sobre agrotóxicos no país, tais como: o teor técnico das informações sobre agrotóxicos; a delegação, ao usuário, da responsabilidade sobre os efeitos negativos daqueles agentes químicos na saúde humana (sua e de terceiros) e o ambiente; e o fato da grande maioria das informações disponíveis sobre saúde e segurança em relação a agrotóxicos serem fornecidas pela indústria e o comércio. Como consequência, observa-se a construção de autoimagem negativa, por parte dos trabalhadores rurais que, ao não conseguirem produzir sentidos a partir da informação técnica a eles disponibilizada, tendem a acreditar que é deles mesmo a culpa por tal situação se dar, e não da elaboração inadequada de uma ação comunicativa. Sabe-se que a rotulagem adequada de agrotóxicos não irá compensar as deficiências do processo de comunicação de risco e em saúde, relacionada ao uso desses agentes químicos nos processos de produção agrícola. Mas, seguramente, irá servir como fonte de informação mais clara e concisa àqueles indivíduos e grupos que não dispõem de uma assistência adequada para o manejo desses produtos, dando-lhe(s), pelo menos, condições mínimas de resguardar a sua saúde, a saúde de terceiros e o ambiente.

When the communication is limited to labeling: amplifying risks associated with pesticides use in Rural Brazil

Keywords

*pesticides
health communication
risk communication
labeling
occupational health*

Abstract

This article presents and discusses some aspects related to (health and risk) communication regarding the use of pesticides in rural Brazil, emphasizing the central role played in the communication process by the information on pesticide labels. Beginning with a discussion about the fragility of technical assistance and education in rural Brazil, it points to major communication challenges regarding pesticides in this country, such as: the technical content of the information on pesticide labels; delegating to the user the responsibility for the negative effects that said chemicals have on human health (their own and that of others) and on the environment; and the fact that most of the available information about health and safety while using pesticides has been provided by the industry and through their commercialization. As a consequence, rural workers have a negative self-image, are unable to understand the technical information which is available to them, and tend to believe that they are responsible for the negative impacts observed as a result of pesticide use. It is known that the proper labeling of pesticides will not compensate for the shortcomings of (health and risk) communication regarding the use of these chemicals in agricultural production processes. But, surely, it will serve as a source of clear and concise information to those individuals and groups who do not have adequate assistance when handling these products, giving them, at least, the minimum conditions needed to safeguard their health, that of others and the environment.

Cómo citar el artículo

Soares da Silva, M. y Peres, F. (2011). Quando a comunicação se restringe a rotulagem: amplificando os riscos associados ao uso de agrotóxicos no meio rural brasileiro. *Revista de Comunicación y Salud*, 1(1), pp. 89-105.

DOI: [http://doi.org/10.35669/revistadecomunicacionysalud.2011.1\(1\).89-105](http://doi.org/10.35669/revistadecomunicacionysalud.2011.1(1).89-105)

1. Introdução

O Brasil é, atualmente, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, representando um mercado estimado em US\$ 7,1 bilhões (Estado de São Paulo, 2009). A maior parte desse volume é utilizada diretamente nos diferentes processos de produção agrícola, atividades que englobam um contingente superior a 16 milhões de trabalhadores rurais (IBGE, 2006).

O trabalho é a categoria central em torno da qual se organiza a população do campo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), 55% da população residente no campo é considerada economicamente ativa, enquanto nas regiões urbanas esse percentual cai para cerca de 50%. Os homens ocupam um percentual de 61% dessa população

economicamente ativa no campo, enquanto nas cidades esse percentual cai para 55%. Ainda segundo esse mesmo Instituto, em 2000, aquando da realização do último Censo Demográfico (IBGE, 2000), aproximadamente 30% da população residente em áreas rurais era analfabeta. Considerando a qualidade da escola de área rural, esse percentual sobe consideravelmente quando são incluídas pessoas com mínimas habilidades de leitura e escrita.

Nos últimos anos observa-se, no trabalho rural brasileiro, uma mudança do paradigma produtivo tradicional - baseado na agricultura familiar - para a agroindústria de exportação, sobretudo aquela baseada em monoculturas latifundiárias (soja, milho, algodão, etc.). Esta mudança, fortemente influenciada pela política neoliberal adotada no país desde a década de 90 (Miranda et al., 2005), tem como mote principal o aumento da produtividade agrícola suportado pelo implemento de novas tecnologias de produção, em especial de agentes químicos utilizados tanto para o controle e o combate a pragas quanto para o estímulo do crescimento de plantas e frutos. E, por conseguinte, traz consigo uma série de agravos à saúde dessa população, como os acidentes de trabalho e a exposição a agentes químicos perigosos, como os agrotóxicos.

A intensificação do trabalho rural no país, aliada às características da população residente em zonas rurais, em especial quanto às suas habilidades de leitura e escrita, configura uma situação perigosa onde um número cada vez maior de indivíduos se expõe a uma gama cada vez maior de agentes químicos tóxicos - em particular agrotóxicos - sem o menor preparo para tal. Soma-se a estes fatores a deficiência nas ações de assistência técnica e a extensão rural no país, e obtêm-se um preocupante panorama ora vigente no meio rural brasileiro, onde a comunicação acerca dos riscos representados pelo uso de agrotóxicos nos processos de produção agrícola se restringe às informações contidas em rótulos e bulas.

O presente artigo apresenta e discute alguns aspectos relacionados com a comunicação (em saúde e de riscos) sobre agrotóxicos no meio rural brasileiro, dando ênfase no papel central que as informações contidas em rótulos e bulas de agrotóxicos têm nesse processo de comunicação.

2. A fragilidade da assistência técnica e da educação no meio rural brasileiro

Toma-se aqui, como primeiro determinante dos problemas relacionados com a comunicação sobre agrotóxicos no meio rural brasileiro, a fragilidade do processo de assistência técnica e extensão rural no país. Esta fragilidade, social e politicamente construída, está associada a dois fatores inter-relacionados: o primeiro, a dificuldade de recursos (financeiros e humanos) enfrentada pelas empresas públicas de extensão rural no país, desde a década de 1980, e, a reboque, a expansão da venda de insumos agrícolas associada à assistência técnica prestada por empresas particulares ou técnicos vinculados ao comércio de agrotóxicos e à indústria química. Segundo Peixoto:

“Paralelamente ao enfraquecimento da capacidade de ação da extensão pública, o processo de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico do campo parece ser progressivamente complementado, se não em certos casos substituído, pela assistência técnica embutida nas ações de marketing, propaganda e vendas de insumos e equipamentos agropecuários”. (Peixoto, 2009: 61)

Isto determinou uma mudança gradual do modelo de assistência técnica e extensão rural baseado em agências oficiais, públicas, para o modelo baseado na atuação de empresas privadas e técnicos vinculados ao comércio de insumos agroquímicos. Tal fato é particularmente importante para se compreender a lógica perversa de comunicação associada ao uso de agrotóxicos nos processos de trabalho agrícolas, na qual 80% de toda a informação recebida pelos agricultores sobre estes agentes químicos vêm dos técnicos que atuam como vendedores junto a revendas de insumos agrícolas e à indústria (Peres, 1999) e, frequentemente, se resumem a orientações sobre dosagem e indicação agrônômica (Peres et al., 2001).

Assim, a comunicação em saúde ou a comunicação de riscos associada ao objeto (exposição a agrotóxicos e seus efeitos à saúde) acaba reduzida às informações contidas em bulas e rótulos de embalagens de agrotóxicos que, como será visto posteriormente, em muito pouco atinge o seu papel como instrumento de um processo dialógico, visando a produção de sentidos (Peres e Rozemberg, 2003).

Tal situação é claramente agravada pela qualidade do ensino oferecido nas regiões agrícolas (rurais) do Brasil, fato este amplamente conhecido e debatido por diversos autores no país, cujos determinantes se encontram nas origens da escola rural dentro do sistema nacional de ensino.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS, 2002), o fato das escolas, no nosso país, terem sido concebidas, inicialmente, para a educação das elites, acabou por determinar um descompasso entre a educação dos centros urbanos e a educação rural. Segundo este documento:

“Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no meio rural, porque, mesmo de forma insatisfatória, o Estado assumiu a responsabilidade do sistema escolar urbano, enquanto que no meio rural, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, nem grupos escolares tinham sido construídos. Ficava a cargo da iniciativa de particulares e da comunidade a construção ou improvisação de prédio para funcionamento das escolas” (CNDRS, 2002: 59).

Ainda de acordo com o documento, desde a sua incorporação ao sistema público de ensino, a Escola Rural foi tratada pelo Poder Público com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e diferentes concepções de educação:

“Com esses programas implantou-se de forma definitiva um modelo de escola na área rural e urbano do nosso país fundamentado numa concepção que tem três características fundamentais: é urbanocêntrica, unicamente voltada aos conteúdos formados e informada no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna, e o mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que no rural não há chance de progredir; é sociocêntrica, voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura,

as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida; e é etnocêntrica, que privilegia os conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseados na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasados, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação à população do campo e ao seu modo de viver e de pensar” (CNDRS, 2002: 60).

De acordo com Peres e Rozemberg (2003), a carência dos projetos de educação rural é perigosamente amplificada quando entram em jogo os interesses da indústria e do comércio, como, por exemplo, nas ações de assistência técnica e extensão rural voltadas para o trabalho com produtos agrotóxicos. Em algumas áreas do país, técnicos ligados ao comércio e à indústria produtora de insumos agroquímicos chegam a ser responsáveis por quase 80% da informação recebida, sobre o tema, pelo homem do campo (Peres et al., 2001; Peres e Rozemberg, 2003).

Mesmo quando se observam, em alguns estados do país, ações de extensão rural empreendidas por técnicos do setor público, alguns problemas persistem principalmente ligados ao modelo dominante de educação e extensão rural no país, vigente desde a década de 1970, baseado no viés positivista. Segundo Rozemberg e Peres (2003), a educação centrada apenas em fenômenos tangíveis, limita a compreensão da experiência humana aos comportamentos observáveis, e vem contribuindo pouco para a aproximação entre os saberes técnicos e aqueles advindos da experiência rural. Com o interesse de atender supostas demandas cognitivas, os técnicos se esforçam na tentativa de levar seu conhecimento (técnico) àqueles que não o dispõem (o trabalhador rural), sem muito se preocupar em conhecer a realidade daquele ator e compreender a real eficácia da sua ação dita educativa. Ou seja, com o objetivo de convencimento unilateral, e acreditando na existência de fórmulas prontas e saberes universalmente válidos, o profissional se empenha em disseminar seus conhecimentos para aqueles que necessitam (Peres et al., 2001; Rozemberg e Peres, 2003).

Para Goode et al. (1996) a ação de transmissão de conhecimentos comumente empreendida no meio rural se baseia na crença de que as pessoas só não perseguem estilo de vida saudável por não terem conhecimentos suficientes para fazer as melhores escolhas. Assim, uma vez informados pelos técnicos do contrário, isso ocorrerá. Intuitivamente, essa abordagem se baseia na expectativa de que o acesso à informação, por si só, venha a se traduzir em êxito dos programas de educação em saúde (Rozemberg e Peres, 2003).

Dessa forma, constrói-se, no país, uma perigosa associação entre a deficiência das ações de assistência técnica e extensão rural, a baixa qualidade da escola e da educação rural, o viés positivista das ações de educação em saúde no campo e o espaço ocupado pela indústria e pelo comércio com relação à assistência técnica e à extensão rural. A resultante dessa associação é o fato de, no meio rural brasileiro, a comunicação em saúde sobre agrotóxicos estar reduzida, praticamente, às informações contidas em rótulos e bulas desses agentes químicos. As seções subsequentes discutem algumas implicações dessa triste situação, que atinge um enorme contingente de trabalhadores e moradores de áreas rurais no Brasil.

3. O teor técnico das informações sobre agrotóxicos

A existência de padrões diferenciados de comunicação dentro de uma mesma sociedade, ou grupo organizado é um fator já conhecido. Esta diferença pode ser claramente percebida quando são comparados padrões de comunicação 'rural' e 'urbano'.

De acordo com Bordenave (1982), esta diferenciação se relaciona com o fato de “a população rural concentrar as suas atividades e o seu comportamento ao redor de uma atividade toda especial, complexa e marcante que é a agricultura. As comunidades resultantes da ocupação agrícola e do habitat rural, pensam, sentem e agem de maneira diferente dos habitantes das cidades, comunicando-se também através de códigos e meios próprios”.

A origem desta diferença repousa não somente no isolamento do homem do campo, resultante das distâncias normalmente existentes entre as suas propriedades e os vilarejos ou cidades, agravada pela precariedade dos meios de transporte disponíveis, mas também por características próprias do processo de produção rural, como a jornada exaustiva e o trabalho que demanda esforços físicos extenuantes, restringindo o tempo livre disponível para as atividades sociais e comunitárias (Peres e Rozemberg, 2003). O analfabetismo (real e aquele socialmente determinado) e o precário acesso às informações e à educação formal, como visto, também contribuem para uma diferenciação dos padrões de comunicação (Peres, 1999).

Assim, a lacuna existente entre o conhecimento técnico e o senso comum, no que diz respeito às informações e à comunicação rural sobre agrotóxicos, persiste há muitas gerações de produtores, e se configura como um dos principais desafios para a comunicação em saúde no país. Tal situação coloca a necessidade de um olhar mais atento para as informações contidas em rótulos e bulas de agrotóxicos, visto que esse se constitui, talvez, no mais importante canal de 'comunicação' (informação, na verdade) sobre o tema e, em uma segunda análise, a última linha de defesa que o agricultor encontra para proteger a sua saúde dos efeitos nocivos causados pela exposição a esses agentes químicos.

No Brasil, a rotulagem de agrotóxicos é regulamentada por uma Lei Federal (nº 7.802 de 1989) que dispõe, além da rotulagem, sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Outras leis e decretos, de abrangência nacional, também dispõem sobre a matéria. São elas:

- a) Lei Nº 9.974, de 06 de junho de 2000, que altera a Lei Nº 7802, de 11 Julho de 1989.
- b) Portaria Nº 93, de 30 de maio de 1994, Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- c) Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O Artigo 7º da Lei dos Agrotóxicos (Lei Federal 7.802/89) dispõe sobre a rotulagem de agrotóxicos no país: “Para serem vendidos ou expostos à venda em todo território nacional, os agrotóxicos e afins ficam obrigados a exibir rótulos próprios, redigidos em português, que

contenham os seguintes dados...”. Os itens obrigatórios colocados por essa Lei estão resumidos no quadro 1.

Quadro 1. Elementos obrigatórios da rotulagem de agrotóxicos contidos na legislação específica.

Identificação do Produto	Instruções para utilização	Informações sobre perigos	Recomendações da leitura do rótulo
Nome comercial	Data de fabricação e de validade	Efeitos prejudiciais à saúde	Textos claramente visíveis, legíveis por pessoas comuns
Princípio(s) ativo(s) e ingredientes inertes	Intervalo de segurança	Efeitos prejudiciais ao Meio Ambiente	A inscrição de dados não obrigatórios, não podem dificultar a compreensão dos dados obrigatórios.
Quantidade na embalagem (peso e volume)	Informações sobre o modo de utilização	Precauções e advertências sobre a saúde	Sem afirmações ou imagens que induzam ao erro
Nome e dados completos do fabricante e/ou do importador	Equipamentos necessários e destino final das embalagens	Símbolos de perigo e frases de advertência padronizados	Não contenham comparações falsas
Registros do produto e do fabricante	Descrição da tríplex lavagem, procedimentos para a devolução, destino, transporte, reciclagem, reutilização, inutilização de embalagens vazias.	Instruções: sintomas, primeiros socorros, antídotos e recomendações para médicos.	Não contenham declarações relativas à inocuidade (eg. este produto é seguro, este produto não causa problemas de saúde etc.)
Nº do lote/ partida	Indicação das culturas para as quais o produto tem seu uso autorizado	Classificação toxicológica	Não contenham recomendações do seu uso por qualquer órgão do governo

Fonte: Artigo 7º da Lei 7802/89 (Brasil, 1989).

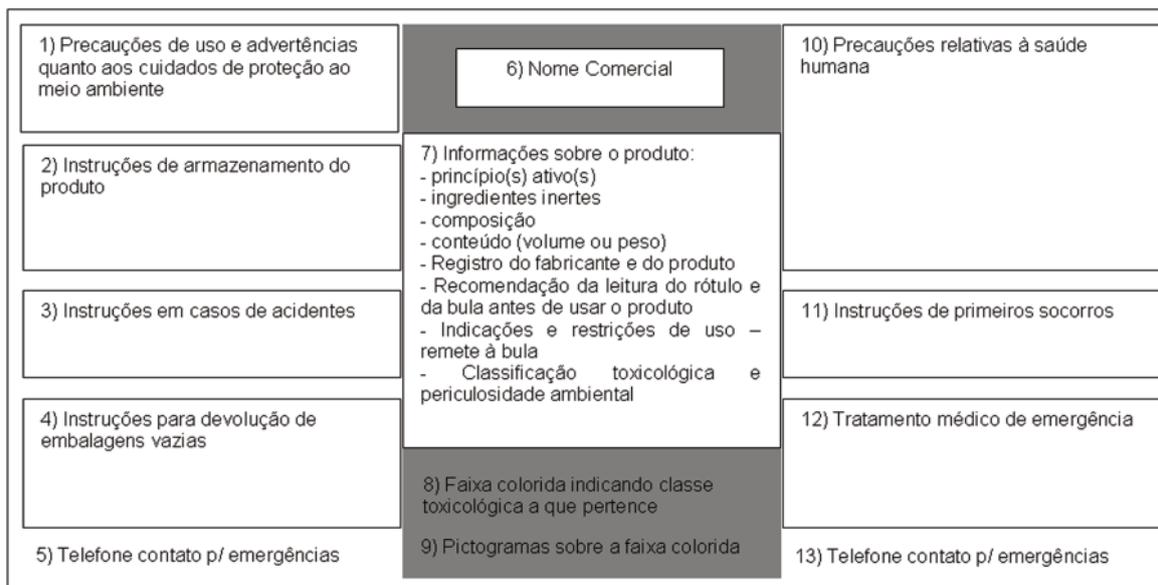
Quanto à forma de apresentação dos dados nos rótulos, o Decreto no 4.074/2002 (que regulamenta a Lei dos Agrotóxicos) preconiza que os rótulos devem apresentar os dados divididos em três colunas, não devendo a coluna central ultrapassar a área individual das colunas laterais. Se a embalagem não se enquadrar nessa divisão, o rótulo deverá ser previamente avaliado

e aprovado por órgãos federais responsáveis pela agricultura, saúde e meio ambiente. Deve-se incluir, ainda, no rótulo, uma frase que recomende a leitura prévia do folheto anexo (bula), anteriormente à manipulação do produto (a bula contém um espaço maior disponível para o texto onde algumas informações podem ser mais detalhadas; geralmente vêm presas com um cordão ao gargalo do frasco - no caso de produtos líquidos - ou coladas no exterior das embalagens - no caso de produtos granulados).

Quanto ao conteúdo, e ainda de acordo com o Artigo 7º da Lei 7.802/89, “os textos e símbolos impressos nos rótulos serão claramente visíveis e facilmente legíveis em condições normais e por pessoas comuns”. Nesse ponto reside um dos principais problemas relacionados à redução do processo comunicativo à leitura de rótulos e bulas de agrotóxicos: a dificuldade de apropriação das informações técnicas contidas nesses materiais pelos trabalhadores rurais ou, em suma, a lacuna entre o conhecimento técnico e o senso comum.

A figura 1 traz uma representação esquemática de um rótulo padrão de produto agrotóxico utilizado no Brasil. As informações são divididas em três colunas e trazem, basicamente, as informações obrigatórias exigidas pela Lei dos Agrotóxicos. O tamanho dos quadros indica, aproximadamente, a proporção de espaço destinado a cada um dos itens apresentados.

Figura 1. Representação esquemática de um rótulo de agrotóxico utilizado no Brasil



Fonte: Elaboração própria

Apesar de o espaço maior ser destinado às informações sobre saúde e primeiros socorros, a utilização de linguagem técnica nesses textos prejudica a compreensão. No quadro 2 são apresentados alguns trechos de rótulos de dois agrotóxicos (os dois inseticidas) amplamente utilizados no país, onde é possível observar o teor técnico do conteúdo desse material.

Quadro 2. Trechos de dois rótulos de agrotóxicos amplamente utilizados no país

Agrotóxico	Inseticida 1	Inseticida 2
Item	Classe Toxicológica I (Extremamente Tóxico)	Classe Toxicológica III (Medianamente Tóxico)
Instruções quanto ao armazenamento do produto	“Beba 1 ou 2 copos de água com carvão medicinal e procure logo um médico, levando embalagem, rótulo, bula e receituário agrônomo do produto”	“induzir vômito dependendo da quantidade ingerida”
Precauções de uso quanto aos cuidados e proteção do Meio Ambiente	“Este produto é altamente tóxico para microcrustáceos”	“Não execute aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância inferior a 500m de povoações e de mananciais de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais, e vegetação susceptível a danos”
Instruções quanto ao armazenamento do produto	“Em caso de armazéns, deverão ser seguidas as instruções constantes da NBR 9643 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”	“Observe a legislação municipal e estadual”
Devolução de embalagens	“Caso esse produto venha a se tornar impróprio para utilização ou em desuso, consulte o registrante através do telefone...”	“A destinação inadequada de embalagens e restos de produtos no meio ambiente ocasiona contaminação do solo, da água e do ar”

Fonte: Elaboração própria

O que se pode observar ao analisar os dados do quadro 2 é que grande parte da informação colocada nos rótulos está redigida em linguagem técnica, de elaboração rebuscada, o que dificulta a compreensão correta das suas mensagens pelo grupo a que esta informação se destina. Este fato, que vem sendo discutido no país por diversos autores, acaba por se constituir um dos mais importantes determinantes da exposição de trabalhadores rurais a agrotóxicos (Peres et al., 2004).

Quadro 3. Resultados de dois estudos de recepção de informações de bulas e rótulos de agrotóxicos

Estudo Item	Estudo de Peres (1999), realizado no ano de 1999	Estudo de Belo (2010), realizado no ano de 2009
Compreensão das informações sobre indicações de uso e dosagem	<ol style="list-style-type: none"> 1) Dificuldade de compreender a dosagem correta quando indicada em mililitro por hectare (ml/ha) 2) Não acreditavam que a dosagem indicada seria suficiente, adicionando, por conta própria, um volume extra 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Dificuldade de compreender a dosagem correta quando indicada em mililitro por hectare (ml/ha)
Compreensão das informações e advertências sobre riscos à saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos entrevistados não compreendia as informações e advertências sobre riscos à saúde 2) Em alguns casos, os trabalhadores entrevistados entendiam o oposto do descrito na informação – inversão de sentido por conta do teor técnico 	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos entrevistados não compreendia as informações e advertências sobre riscos à saúde 2) Em alguns casos, os trabalhadores entrevistados entendiam o oposto do descrito na informação – inversão de sentido por conta do teor técnico 3) Tamanho da letra dificultava a leitura por parte da grande maioria dos entrevistados
Compreensão das informações e advertências sobre riscos ambientais	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos entrevistados não acreditava nas informações sobre riscos ambientais, à exceção da contaminação das águas do rio 2) Em alguns casos, os trabalhadores entrevistados entendiam o oposto do descrito na informação – inversão de sentido por conta do teor técnico 	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos entrevistados compreendia as informações e advertências sobre riscos ambientais, mas não seguiam essas recomendações 2) Tamanho da letra dificultava a leitura por parte da grande maioria dos entrevistados
Compreensão das informações sobre primeiro socorros e conduta nos casos de intoxicação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os trabalhadores não compreendiam as instruções de primeiros socorros e, em alguns casos, os trabalhadores entrevistados entendiam o oposto do descrito na informação – inversão de sentido por conta do teor técnico 2) Acabavam desenvolvendo as suas próprias técnicas de 1^o socorros: beber leite e/ou cachaça 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os trabalhadores não compreendiam as instruções de primeiros socorros 2) A maioria relatou não procurar serviços médicos, mesmo quando observados sintomas severos pós-exposição
Compreensão de figuras e pictogramas	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos trabalhadores entrevistados não compreendiam o que significavam os pictogramas, à exceção daqueles que indicam uso de equipamentos de proteção individual 2) Os trabalhadores não compreendiam o significado de sintagmas icônicos, identificando os pictogramas individual e separadamente 	<ol style="list-style-type: none"> 1) A maioria dos trabalhadores entrevistados não compreendiam o que significavam os pictogramas, à exceção daqueles que indicam uso de equipamentos de proteção individual 2) Os trabalhadores não compreendiam o significado de sintagmas icônicos, identificando os pictogramas individual e separadamente

<p>Compreensão do significado das faixas coloridas, indicando classes toxicológicas</p>	<p>1) Compreendiam o significado de cada faixa colorida, associando ao risco representado por cada produto</p> <p>2) Associavam as cores a um semáforo (sinal de trânsito), indicando que os produtos de faixa verde podem ser utilizados à vontade, sem problema algum (igual ao sinal "ande")</p>	<p>1) Compreendiam o significado de cada faixa colorida, associando ao risco representado por cada produto</p> <p>2) Duvidavam de produtos que, de um ano para o outro, mudavam de faixa toxicológica. Achavam que as mudanças eram apenas para enganar os trabalhadores, e dizer que o produto tinha ficado mais fraco</p>
---	---	---

realizados no município de Nova Friburgo, RJ, em 1999 e 2009.

Fonte: Peres, 1999 e Belo, 2009

O Quadro 3 sumariza o resultado de dois estudos de recepção de informações contidas em rótulos e bulas de agrotóxicos por parte de agricultores de um mesmo município. O primeiro estudo, realizado em 1999 (Peres, 1999; Peres et al., 2001), junto a uma comunidade de agricultores, produtores de hortaliças, e o segundo, realizado em 2009 (Belo, 2010), junto a uma comunidade de produtores de flores daquele mesmo município. Os resultados desvelam uma série de problemas relacionados à restrição da comunicação às informações contidas em bulas e rótulos de agrotóxicos:

- a) Os pictogramas, que teoricamente são utilizados como instrumentos de informação universal, mesmo para aqueles que não dispõem de habilidade de leitura e escrita, são os elementos de comunicação que mais trazem dúvidas, principalmente pelo fato de ainda não serem harmonizados - seja do ponto de vista gráfico ou das mensagens que traduzem;
- b) O uso de linguagem técnica e construções elaboradas do português dificultam a compreensão das mensagens pelos leitores/usuários desses materiais;
- c) A carência de assistência técnica e de extensão rural adequadas deixa o trabalhador livre para interpretar, da maneira que melhor lhe convier, as informações ali presentes, contribuindo para a sua exposição e utilização inadequada de agrotóxicos no meio rural brasileiro.

Dados semelhantes também foram encontrados em três outros estudos de recepção de informações de rótulos de produtos agrotóxicos, também realizados em zonas rurais do país: o primeiro, junto a um grupo de horticultores do Distrito Federal (Branco, 2003); o segundo, junto a um grupo de plantadores de tomate do interior paulista (Tomazin, 2007); e o terceiro, junto a um grupo de produtores de flores do interior de Minas Gerais (Fonseca et al., 2007). Em todos os casos, a compreensão das informações e a adoção de medidas para a proteção da saúde dos trabalhadores ficava prejudicada pelo teor técnico das informações contidas nos rótulos desses agentes químicos.

A frase proferida por um produtor que participou do estudo de Belo (2010) resume, com fria concretude, o aqui exposto: "Eu não entendo todas as coisas porque algumas não chegaram a bater até onde eu estudei. Vou ser sincero, não vou mentir: eu não tenho um estudo suficiente para entender tudo" (agricultor, 53 anos).

Tal fato acaba, também, por determinar uma das decorrências mais sérias da comunicação em saúde relacionada a agrotóxicos no país: a construção de auto-imagem negativa, por parte dos trabalhadores rurais que, ao não conseguirem produzir sentidos a partir da informação técnica a eles disponibilizada, tendem a acreditar que é deles mesmo a culpa por tal situação se dar, e não da elaboração inadequada de uma ação comunicativa (Peres 1999; Peres et al., 2001; Branco, 2003; Rozemberg e Peres, 2003; Tomazin, 2007).

4. Por uma comunicação mais eficiente

A aplicação ou extensão de um conhecimento, produzido dentro de uma realidade específica, a um grupo populacional distinto desta, invariavelmente fracassa na sua prática operacional. Exemplos históricos, principalmente na região latino-americana, atestam esse fato, como bem revelam os trabalhos do professor Paulo Freire. A transmissão do saber, elemento básico da extensão rural está, segundo o autor, intimamente ligada à ideia de que a apresentação do conhecimento técnico (seja por parte dos extensionistas, seja nas informações de rótulos e bulas de agrotóxicos) é suficiente para que haja a produção de sentidos, necessária tanto ao ato comunicativo quanto à ação educativa. De acordo com o autor, “no processo de extensão, observado o ponto de vista gnosiológico, o máximo que se pode fazer é mostrar, sem revelar ou desvelar, aos indivíduos, uma presença nova dos conteúdos estendidos” (Freire, 1992).

Tal situação vai contra a ideia de comunicação que, segundo o autor, é um processo dinâmico e recíproco, mediado por aspectos socioculturais e históricos, e que leva em conta a construção social do referido processo. Para Freire (1992), a comunicação (de riscos ou em saúde) é a melhor alternativa à extensão rural, uma ação mais próxima de uma proposta ideal, onde o conhecimento é parte de um processo dialógico de construção de sentidos:

“A comunicação implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isso, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Esta função, por sua vez, não é a extensão do conteúdo significativo do significado, objeto do pensar e do conhecer. Comunicar é comunicar-se em torno do significado significativo. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar ‘se comunicam’ seu conteúdo” (Freire, 1992).

Ao longo do presente artigo, foi possível perceber que a comunicação relacionada a agrotóxicos no Brasil acaba, muitas vezes, reduzida às informações técnicas existentes em rótulos e bulas desses agentes químicos. É inegável a importância de que estas informações estejam inseridas numa ação mais abrangente de comunicação em saúde / comunicação de risco. Para isso, há que romper com o velho paradigma da extensão rural e buscar novas abordagens que visem a construção de conhecimentos sobre o tema junto aos grupos populacionais específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de agrotóxicos nos processos de produção agrícolas.

Uma primeira iniciativa nesse sentido seria adequar o conteúdo técnico das informações disponíveis ao homem do campo sobre agrotóxicos, tornando-as de mais fácil apropriação por parte desse ator. Esse esforço incluiria, entre outras ações, a harmonização das informações contidas em rótulos e bulas de agrotóxicos que, como é visto, são as principais fontes de informação hoje disponíveis ao trabalhador rural sobre o assunto. E uma importante iniciativa nesse sentido foi a adesão do Brasil ao Sistema Globalmente Harmonizado para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (ou GHS, sigla do inglês *Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals*).

4.1. O GHS

No Capítulo 17 do documento final da Convenção das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ou ECO-92, como ficou conhecida), ficou acordado, entre os países signatários, a criação de “um sistema globalmente harmonizado de classificação de perigos e um sistema compatível de rotulagem, incluindo folha de informação de segurança de produto e símbolos facilmente compatíveis, deve estar disponível, se factível, no ano 2000”. Esse documento deu as bases para a criação do GHS, cuja primeira edição ficou pronta no final de 2002, sendo publicada em 2003 (ABIQUIM, 2005). O principal objetivo é “assegurar que a informação sobre os perigos físicos e à toxicidade dos produtos químicos sejam disponibilizadas, a fim de reforçar a protecção da saúde humana e do meio ambiente durante o manuseio, transporte e uso desses produtos químicos” (ONU, 2009).

Um sistema globalmente harmonizado permitirá uma gestão segura de produtos químicos, com acesso às informações sobre características, medidas de controle, produção, transporte, entre outros. Além de facilitar a comunicação a indivíduos e grupos potencialmente expostos (trabalhadores, consumidores, público em geral), viabiliza o desenvolvimento de políticas que possam garantir o uso seguro de produtos químicos ao longo do seu ciclo de vida (ABIQUIM, 2005).

A implementação do GHS no Brasil está sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e vice-coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. Há ainda mais de quarenta e cinco instituições que participam do GT/GHS (Grupo de Trabalho para a Implantação do GHS no país), incluindo representantes de órgãos do governo, dos diversos segmentos da indústria e do comércio, de sindicatos de trabalhadores, de instituições de ensino e pesquisa e de organizações não governamentais.

O GHS abrange toda e qualquer substância química comercializada intra e entre os países signatários considerada perigosa, inclusive os agrotóxicos. Cabe ressaltar que a existência de legislação específica ou outros sistemas de classificação e rotulagem (nacionais, regionais ou internacionais) não descarta a implementação do GHS, visto que ele não funciona como uma regulamentação: é um conjunto de diretrizes voltadas a criar um sistema de comunicação de riscos onde as informações sejam uniformes e inteligíveis. Assim, nos países onde já há algum sistema de informação ou legislação específica sobre o tema, o GHS se configura como um detalhamento desse sistema ou legislação, sempre respeitando as normas locais e regionais.

Com relação aos agrotóxicos, o GHS recomenda a presença de textos e símbolos nos rótulos que não deem margem a dúvidas, devendo, sempre que possível, serem testados em estudos e projetos-piloto (ANVISA, 2005). Seis elementos relacionados às informações sobre os agrotóxicos são regidos pelo GHS:

- a) Identificação do produto - deve conter informações claras sobre o produto e a sua composição, incluindo elementos inertes e os princípios ativos;
- b) Símbolos – devem conter símbolos fáceis de ser entendidos (rápida e visualmente, mesmo por pessoas que não dispõem de habilidade de leitura), mais frequentemente publicados na forma de pictogramas (o GHS, inclusive, apresenta 9 pictogramas básicos que devem fazer parte de todo rótulo de agrotóxico);
- c) Advertências – informações claras e concisas trazendo advertências relacionadas ao uso dos produtos para a saúde humana e para o ambiente;
- d) Identificação de Perigos - informações claras e concisas identificando perigos relacionados ao uso dos produtos para a saúde humana e para o ambiente;
- e) Prevenção - informações claras e concisas sobre formas de prevenção de riscos à saúde humana e o ambiente, incluindo informações básicas sobre como proceder em caso de acidentes e primeiros socorros;
- f) FISPQs (Fichas de Informação de Segurança sobre Produtos Químicos) – devem trazer informações claras e detalhadas sobre os produtos, suas características físicas e químicas, riscos associados à sua manipulação e ações necessárias em caso de emergências (saúde e ambiente), assim como informações de manipulação e transporte.

As principais contribuições do GHS para a rotulagem de agrotóxicos são: a normatização de informações de rótulos e bulas fabricados pelos diferentes produtores (indústria química) no país; a necessidade de se veicular informações claras e objetivas nesses rótulos e bulas; e o maior destaque às informações sobre riscos relacionados ao uso desses agentes químicos tanto para o ambiente quanto para a saúde humana.

Pode não ser (e longe de ser) a solução para os problemas de comunicação em saúde / comunicação de riscos relacionada ao uso de agrotóxicos, mas a implantação do GHS pelo Brasil é, sem dúvida, um avanço no sentido de tornar mais claras e objetivas as informações disponíveis ao homem do campo sobre os riscos associados à manipulação desses agentes químicos em seu trabalho. Cabe aos órgãos governamentais diretamente relacionados com o tema (indústria, comércio, saúde, agricultura, educação e meio ambiente) aproveitarem essa iniciativa para construir, de forma organizada e integrada, ações mais efetivas de comunicação voltadas para os grupos populacionais específicos envolvidos com os problemas causados pelos agrotóxicos no país.

5. Conclusões

O discurso e as práticas vigentes no meio rural brasileiro vêm justificando o uso de agrotóxicos pela necessidade de uma agricultura produtiva, frequentemente associada à solução para o

problema da fome mundial. Este discurso, como visto, acaba sendo legitimado por técnicos ligados à indústria e ao comércio de agrotóxicos, responsáveis, em algumas regiões, por quase toda a informação disponível ao homem do campo sobre estes agentes químicos. Nesse cenário, os rótulos e bulas de agrotóxicos ganham importância como um instrumento de informação capaz de suprir a carência de ações mais afirmativas de comunicação de risco/comunicação em saúde.

Diversos são os problemas associados às informações contidas nesses rótulos e bulas de agrotóxicos, principalmente aqueles relacionados ao teor técnico e utilização de linguagem rebuscada. É muito comum, ainda, a delegação, ao usuário, da responsabilidade sobre os efeitos negativos daqueles agentes químicos sobre a saúde humana (sua e de terceiros) e o ambiente. Dessa forma, o trabalhador não apenas deixa de compreender as informações ali presentes, mas se ressentido de uma responsabilidade que, em última análise, deve ser compartilhada com a indústria que produz, a cada ano, um volume cada vez maior desses agentes químicos; com o comércio que, muitas vezes através de práticas exploratórias de venda, cria necessidades e aumentam a demanda por esses produtos; e por fim, com os órgãos públicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural no país que, ao não conseguirem cumprir seu papel, acabam proporcionando um vazio frequentemente preenchido pela indústria e comércio de insumos químicos.

E, com visto, o lado mais perverso desta prática de delegação de responsabilidade (culpabilização) é a formação de uma auto-imagem negativa por parte dos trabalhadores rurais que, frequentemente, afirmam serem descuidados, ignorantes, menos preparados.

Sabe-se que a rotulagem adequada de agrotóxicos não irá compensar as deficiências do processo de comunicação de risco e em saúde, relacionada ao uso desses agentes químicos nos processos de produção agrícola. Mas, seguramente, irá servir como fonte de informação mais clara e concisa àqueles indivíduos e grupos que não dispõem de uma assistência adequada para o manejo desses produtos, dando-lhe(s), pelo menos, condições mínimas de resguardar a sua saúde, a saúde de terceiros e o ambiente.

Referencias

ABIQUIM. (2005). *O que é GHS? Sistema Harmonizado Globalmente para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos*. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química. Disponível em http://www.anvisa.gov.br/reblas/reblas_public_manual_ghs.pdf. Recuperado em 10 de Outubro de 2010.

ANVISA. (2005). *Experiência Brasileira na Implementação do Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) para Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Belo, Mariana SSP. (2010). *Comunicação de riscos relacionada ao uso de agrotóxicos no pólo floricultor de Nova Friburgo/RJ*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública.

Bordenave, Juan D. (1982) [2ª Edição]. *O que é comunicação rural?* São Paulo: Ed. Brasiliense.

Branco, Marina C. (2003). Avaliação do conhecimento do rótulo dos inseticidas por agricultores em uma área agrícola do Distrito Federal. *Horticultura Brasileira*. V.21, nº 3 (jul-set).

CNDRS. (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em <http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/planodesustbrasil.pdf>. Recuperado em 07 de Outubro de 2010.

Estado de São Paulo. (2009). *Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos*. São Paulo: Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not_imp414820,0.php. Recuperado em 06 de Outubro de 2010.

Fonseca, Maria G.U.P. et al. (2007). Percepção de Risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol. 12, nº 1, pp. 39-50.

Freire, Paulo (1992). *Extensão ou comunicação?* Petrópolis: Ed. Vozes.

IBGE. (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/tabela1_1.pdf. Recuperado em 06 de Outubro de 2010.

IBGE. (2008). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável-Brasil 2004*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>. Recuperado em 06 de Outubro de 2010.

IBGE. (2000). *Tendências Demográficas-Censo 2000*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela23.shtm. Recuperado em 06 de Outubro de 2010.

Miranda, Ary C.; Moreira, Josino C.; Carvalho, René L. & Peres, Frederico. Neoliberalism, Pesticide use and the Food Sovereignty in Brazil. In Breilh, J. (ed). *Latin America Health Watch (Alternative Latin American Health Report)*. CEAS: Quito.

ONU. (2009) [3a Edição]. *Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals*. New York and Geneva: Organização das Nações Unidas.

Peres, Frederico e Rozemberg, Brani (2003). *É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*. In Peres, Frederico e Moreira, Josino C. *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Peres, Frederico (1999). *É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública.

Peres, Frederico; Rozemberg, Brani; Alves, Sergio R.; Moreira, Josino C. e Oliveira-Silva, Jefferson J. (2001). Comunicação Relacionada ao uso de Agrotóxicos em uma Região Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Saude Pública*. Vol. 35, nº 6, pp. 564-570.

Peres, Frederico e Rozemberg, Brani (2003). *É veneno ou é remédio? os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*. In: Peres, Frederico e Moreira, Josino C. (Org.) *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz..

Peres, Frederico; Lucca, Sergio R.; Ponte, Luciana M.D.; Rodrigues, Karla M. e Rozemberg, Brani (2004). *Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola de Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro/Brasil*. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 20, nº 4, pp. 1059-1068.

Peres, Frederico; Rozemberg, Brani e Lucca, Sergio R. (2005). Risk perception related to work in a rural community of Rio de Janeiro State, Brazil: pesticides, health, and environment. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol.21, nº 6, pp.1.836-1.844.

Peixoto, Marcus. (2009). *A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Rozemberg, Brani e Peres, Frederico. (2003). Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais. In Peres, Frederico e Moreira, Josino C. (Org.) *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Tomazin, Cybelle C. (2007). *Contribuição para Avaliação das Informações de Primeiros Socorros de Bula e Rótulo de Agrotóxicos Segundo Meeiros de Plantações de Tomates de Sumaré, SP*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.